



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.2 - 22ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.3 - 23ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.4 - Reunião de Comissões

2 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 2.1 - Plenário

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATA



ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA EM 23/8/2012

Presidência do Deputado Dilzon Melo

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Inácio Franco - Dilzon Melo - André Quintão - Carlos Pimenta - Celinho do Sintrocel - Duilio de Castro - Fred Costa - João Leite - João Vítor Xavier - Leonardo Moreira - Marques Abreu - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Zé Maia.

Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado Dilzon Melo) - Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as Deputadas e os Deputados para a especial de segunda-feira, dia 27, às 20 horas, nos termos do edital de convocação.

ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 21/8/2012

Presidência do Deputado José Henrique

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 21.146; discurso do Deputado Lafayette de Andrada; questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

José Henrique - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duilio de Castro - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Glaycon Franco - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - João Leite - Lafayette de Andrada - Luiz Henrique - Luzia Ferreira - Marques Abreu -



Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rômulo Viegas - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 20h9min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Rômulo Viegas, 2º-Secretário “ad hoc”, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 21.146, que torna obrigatória a notificação aos órgãos de segurança pública do ingresso na rede de atendimento à saúde de pessoa ferida com arma. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto. Em discussão, o veto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Lafayette de Andrada.

O Deputado Lafayette de Andrada* – Sr. Presidente, Srs. Deputados e prezados telespectadores da TV Assembleia, está em minhas mãos o veto do Sr. Governador ao projeto de lei do Deputado Sargento Rodrigues que torna obrigatória a notificação aos órgãos de segurança pública do ingresso de pessoa ferida com arma na rede de atendimento à saúde.

O projeto é de largo alcance social e até mesmo de grande interesse público, sobretudo da segurança, pois determina que os equipamentos de saúde notifiquem os órgãos de segurança pública sempre que houver o ingresso na rede de atendimento de pessoa ferida por arma. Entretanto, vem o veto do Exmo. Governador, e vários Deputados me questionaram sobre suas razões, visto que é um projeto de largo alcance e de grande interesse público.

Infelizmente, da maneira como foi redigido, o projeto de lei acaba se tornando ineficaz e até mesmo contrário ao interesse público, pois determina que sempre seja notificada aos órgãos de segurança pública a entrada, nos órgãos de saúde, de pessoa ferida por arma. E a notificação tem que ser feita no máximo em uma hora. Para os efeitos dessa lei, serão consideradas armas as armas de fogo e os instrumentos cortantes, perfurantes, contundentes, perfurocortantes, cortocontundentes, ou seja, faca, chave de fenda e outros.

Infelizmente, há outras hipóteses que não foram citadas nesse rol. Por essa lei, os órgãos de saúde só ficarão obrigados a notificar os órgãos de segurança quando a vítima for ferida por uma dessas armas. Se, por exemplo, houver um envenenamento, os órgãos de segurança não serão notificados, já que não se usaram armas de fogo, nem instrumentos cortantes, nem instrumentos perfurocortantes. Se a pessoa for cruelmente assassinada por fogo posto em pneu com gasolina, o fato não será notificado, pois não está incluído nesse caso.

Infelizmente, o projeto de lei, da maneira como foi redigido, acaba ficando inócuo e imperfeito. Por isso, o Governador o vetou. Na verdade, o Governador, em suas razões, diz que considera a medida meritória, mas afirma que precisa ser aperfeiçoada, pois, como está redigida, acaba se tornando inútil, inócua e indevida. Ele ainda lembra que há um decreto federal que já trata disso e diz que é crime os órgãos de saúde não informarem quando acontecer algo dessa natureza. Essas são as razões do veto do Governador.

Sr. Presidente, falando aqui das questões dos órgãos de saúde, também gostaria de lembrar o pouco apoio que o governo federal dá aos equipamentos de saúde para que eles possam, inclusive, fornecer essas informações. Sabemos que todos os Municípios – o Deputado Antônio Júlio está aqui de testemunha – gastam com a saúde muito mais do que 15%, 16%, 17%, 18% do seu orçamento. Há Municípios que gastam mais de 25%. No entanto, Sr. Presidente, lamentavelmente o nosso governo federal não gasta nem 3% do seu orçamento com a saúde. Estamos vendo, em muitos lugares do Brasil, cidadãos reclamarem dos órgãos de saúde, mas, mesmo assim, o governo federal não gasta. Quando foi votada a Emenda nº 29, que regulamentava os gastos da saúde, existia um dispositivo que exigia um gasto mínimo com a saúde. A proposta foi votada assim e aprovada pelo Congresso Nacional, mas a Presidente Dilma vetou esse artigo. Ou seja, ela não quer se responsabilizar pelo gasto com saúde da população carente, dos mais pobres, porque os ricos não precisam, eles têm planos de saúde. O SUS é direcionado aos mais pobres, mas o governo federal se recusa a investir mais na saúde.

Em boa hora, a Assembleia de Minas iniciou um grande movimento em Minas Gerais, que está repercutindo em outros Estados e que consiste em coleta de assinaturas para encaminharmos ao Congresso Nacional uma proposta de emenda constitucional de origem popular com mais de 1 milhão de assinaturas, determinando que o governo federal gaste, no mínimo, 10% do seu orçamento com a saúde. Hoje ele não gasta 10% com a saúde.

O projeto de lei é importantíssimo para a segurança pública, ao determinar que os equipamentos de saúde informem quando acontecerem crimes cujas vítimas cheguem aos postos de saúde. É bom que os Deputados saibam que Minas Gerais gastou, no ano passado, 13% do seu orçamento com segurança pública. Pergunto aos Srs. Deputados: vocês sabem quanto o governo federal gastou com segurança pública no ano passado? Gastou 0,4%. Ou seja, nem 1%, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Os Estados fazem de tudo para tentar conter a criminalidade. É bom dizer aqui que Minas Gerais, Estado que tem o quarto menor índice de criminalidade no País, investiu 13% do seu orçamento em segurança pública no ano passado, mas o governo federal não investiu nem 1%. Foi 0,4% o que o governo federal investiu em segurança pública em todo o País. É por isso que vemos a cada dia a situação piorando em vários Estados. Em Minas Gerais, não, a criminalidade vem diminuindo, mas na grande maioria dos Estados a criminalidade vem aumentando.

Questão de Ordem

O Deputado Lafayette de Andrada - Sr. Presidente, verifico que, para discutir uma proposição tão importante como esse veto do Governador, não há presença suficiente dos Srs. Deputados. Portanto, peço que V. Exa. trave o meu tempo – afinal ainda tenho tempo para discutir o veto – e encerre, de plano, a reunião pela lamentável ausência dos Srs. Deputados em Plenário.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a extraordinária de amanhã, dia 22, às 9 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 22/8/2012

Presidência do Deputado Inácio Franco

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Questões de ordem - Discussão e Votação de Proposições: Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 21.146; discurso do Deputado Lafayette de Andrada; questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Dinis Pinheiro - Inácio Franco - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Adalclever Lopes - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Carlin Moura - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duilio de Castro - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Liza Prado - Luiz Henrique - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Inácio Franco) - Às 9h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Carlin Moura, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Questões de Ordem

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente, não poderia deixar de estar aqui hoje para parabenizar, em nome da Casa, o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, na pessoa do seu Presidente, Antônio Carlos Cruvinel. O TRE anunciou que fará o que já fez ontem e o que está fazendo hoje, que é um esforço concentrado para sanar todas as pendências. Os candidatos, com qualquer pendência, que disputarão ou não as eleições do dia 7, terão toda a quitação e aval do TRE. Sr. Presidente, de público, parabeno o Dr. Cruvinel e todo o corpo do TRE, que mostram que aqui, em Minas Gerais, o trabalho produz resultados. Sr. Presidente, temos de louvar esse esforço concentrado, porque, "data venia", em outras eleições, como a da cidade de Mariana, se isso tivesse acontecido há três anos, com certeza essa cidade teria se desenvolvido mais, pois, de 15 em 15 dias ou de mês em mês, o Prefeito mudava. Esta Casa tem de louvar e parabenizar o belo trabalho realizado pelo TRE, comandado pelo Dr. Cruvinel. Sr. Presidente, na última segunda-feira, estive em Maceió, para participar de mais uma reunião da Unale. Mostramos ao Governador Teotônio Vilela Filho que está na hora de pensarmos à frente. Temos de realizar um movimento urgentemente na Unale, partindo de Minas Gerais, para a unificação das eleições, pois ninguém aguenta mais eleições de dois em dois anos. Deixei claro, na Assembleia Legislativa de Alagoas, que daqui a dois anos a situação ficará ainda pior, pois o brasileiro passará a trabalhar depois das férias, e teremos de esperar as férias, o Carnaval, a Semana Santa e a Copa do Mundo, e as eleições do Brasil ficarão paradas. O Brasil está parado. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais está parada, porque os Deputados daqui e de todas as Assembleias Legislativas do Brasil estão preocupados em escolher os seus Prefeitos e Vereadores. E daqui a dois anos haverá eleição. Faremos uma emenda popular - vamos coletar assinaturas em Minas e em todos os Estados - e a levaremos para Brasília para que haja uma decisão. Essa decisão pode ser daqui a 2, 20, 30 ou 50 anos, mas ela tem que sair. Antigamente, a unificação das eleições não dava certo porque o povo não conseguia votar, já que tinha que aprender a escrever vários nomes. Hoje, o Brasil mudou e já deu exemplo nas urnas. Numa eleição geral, vamos acrescentar, por exemplo, três nomes. A pessoa vai votar para Presidente da República, para três Senadores em cada Estado, para Deputado Estadual, para Deputado Federal, para Vereador e para Prefeito. Sr. Presidente, não teremos mais a indústria das eleições. Belo Horizonte e todas as demais cidades estão paradas, não se inicia, não se inaugura obra. Os órgãos de comunicação estão perdendo porque a propaganda eleitoral gratuita não tem nada de gratuita, senhoras e senhores. O governo paga por ela. Nas últimas eleições, gastamos R\$700.000.000,00.



Nesta eleição, gastaremos R\$1.300.000.000,00. Quantas casas e hospitais poderiam ser construídos? Está na hora de pensarmos com seriedade na unificação das eleições. Temos um “blog” e estamos colhendo assinaturas em todo o Brasil. A população belo-horizontina, mineira, brasileira não aguenta mais eleição de dois anos, porque o Brasil para. Sr. Presidente, é preciso unificar urgentemente as eleições neste país. Muito obrigado.

O Deputado Carlin Moura - Sr. Presidente, nesta oportunidade quero felicitar a nossa egrégia Corte Eleitoral, o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, na pessoa do seu Presidente, Desembargador Cruvinel, pela celeridade que tem imprimido aos procedimentos eleitorais. O Tribunal tem agido com muita eficiência, com muito zelo em suas decisões. Sr. Presidente, quero comemorar, de forma especial, uma importante decisão tomada pela Corte, pelo nosso Tribunal Regional Eleitoral, que garante o direito à veiculação da propaganda eleitoral gratuita pelo canal público de televisão, a TV Assembleia, criada pelo ilustre Deputado Alencar da Silveira Jr., do PDT, que acabou de nos anteceder, e que cumpre um papel institucional fundamental em Minas Gerais. A transmissão do programa eleitoral pela TV Assembleia é feita pelo canal aberto, canal 35 UHF, e pelo canal 11, da NET, canal fechado, possibilitando que uma das cidades mais importantes de Minas, a cidade de Contagem, que é um importante polo industrial, também tenha a oportunidade de debater propostas e projetos, além de se tornar mais conhecida por todos os mineiros. Contagem, que hoje tem uma população superior a 600 mil habitantes e um colégio eleitoral superior a 400 mil eleitores, ficava impedida, tolhida e impossibilitada de participar dessa festa democrática, em função da proximidade com Belo Horizonte e por não possuir um canal próprio de rádio e de televisão. Então, a nossa TV Assembleia, canal 35, cumprirá muito bem - já está cumprindo - esse papel. Quero felicitar o TRE de Minas Gerais pela sábia e justa decisão ao garantir esse direito de transmissão do programa eleitoral, que também será transmitido pela Rádio América AM, canal 750, e pela Rádio Educativa FM, canal 104.5, da UFMG, que também cumpre um papel importante. Finalmente, Sr. Presidente, felicito a Rede Bandeirantes de Televisão, que, pela primeira vez, promoverá um debate entre os candidatos à Prefeitura de Contagem, o qual será realizado amanhã, quinta-feira, às 22 horas. Esse debate será transmitido ao vivo para o Estado de Minas Gerais. A Rede Bandeirantes de Televisão, canal 7, nos dará a oportunidade de conhecer as propostas, os desafios, as demandas de Contagem, além dos candidatos à Prefeitura do Município. Amanhã, às 22 horas, teremos a oportunidade de participar desse importante debate que, sem dúvida nenhuma, vai entrar para a história da política de Minas Gerais. Com a transmissão para mais de 400 Municípios, os outros mineiros poderão conhecer a realidade de Contagem, cidade muito generosa, onde residem muitas famílias oriundas do interior de Minas Gerais, que para lá foram ganhar o pão de cada dia, trabalhar, residir e estudar. Essas famílias são recebidas de braços abertos por essa cidade generosa. Então, amanhã, pela TV Bandeirantes, às 22 horas, teremos a oportunidade de discutir propostas para Contagem. Fica aqui o nosso registro e os nossos parabéns à Rede Bandeirantes de Televisão, à TV Assembleia, à Rádio UFMG FM e à Rádio América. Obrigado, Sr. Presidente.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 21.146, que torna obrigatória a notificação aos órgãos de segurança pública do ingresso na rede de atendimento à saúde de pessoa ferida com arma. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Lafayette de Andrada, que ainda dispõe de 52 minutos para o seu pronunciamento.

O Deputado Lafayette de Andrada* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, prezados telespectadores da TV Assembleia, estamos discutindo o veto do Governador ao projeto de lei de autoria do Deputado Sargento Rodrigues, que torna obrigatória a notificação aos órgãos de segurança pública do ingresso na rede de atendimento à saúde de pessoa ferida com arma. Iniciamos ontem a discussão desse projeto, que é de largo alcance social, muito meritório, de autoria do Deputado Sargento Rodrigues, que, com isso, deseja auxiliar a segurança pública. Sempre que alguma pessoa ferida com arma - baleada ou esfaqueada - der ingresso na rede de atendimento à saúde, esse fato deverá ser comunicado aos órgãos de segurança pública.

Diz textualmente o projeto: “Art. 1º - Ficam as unidades básicas de saúde, os postos de pronto atendimento, as equipes do Programa de Saúde da Família, as unidades pré-hospitalares, as clínicas particulares, os ambulatórios, os hospitais públicos, privados e conveniados do Sistema Único de Saúde - SUS - obrigados a preencher e encaminhar aos órgãos de Segurança Pública do Estado relatório de atendimento à vítima de acidentes com arma, o qual deverá ser entregue no prazo máximo de 1 hora, a contar do horário de atendimento registrado no prontuário médico.

Art. 2º - Para efeito desta lei serão consideradas armas: armas de fogo, instrumentos cortantes, instrumentos perfurantes, instrumentos contundentes, instrumentos perfurocortantes, instrumentos cortocontundentes e instrumentos perfurocontundentes”.

Se alguém ferido - baleado ou esfaqueado - der entrada em unidades de atendimento à saúde, esse fato deverá ser comunicado imediatamente aos órgãos estaduais de segurança pública. É um projeto muito bom. Por que foi vetado pelo Governador?

O veto do Governador aconteceu devido a algumas imperfeições encontradas no projeto pela equipe do governo, que reconheceu que ele tem um grande alcance. O que é? Ora, se a intenção é uma medida de segurança, ou seja, auxiliar a segurança pública, no rol dos casos que devem ser informados não consta, por exemplo, envenenamento ou se a pessoa foi queimada. Ora, também são casos de interesse da segurança pública que não estão no projeto. Ainda que se considere o projeto importante, o governo pretende aperfeiçoá-lo. Não há nada contra o espírito do projeto, que é muito bom, mas a forma com está não é a melhor.

Sr. Presidente, lembrava ontem que estamos tratando aqui dos equipamentos de saúde, que devem informar ao setor de segurança pública essas ocorrências. Recordamos, então, o quanto estão deficitários os investimentos do governo federal na saúde. A Assembleia de Minas iniciou um movimento, replicado em vários Estados, com o objetivo de recolher 1 milhão de assinaturas para que, em Brasília, façamos uma emenda constitucional de origem popular, exigindo que o governo federal invista pelo menos 10% de sua receita em saúde. Hoje, infelizmente, o governo federal não investe nem 5% de sua arrecadação em saúde. Minas Gerais investiu quase 12% em saúde. Os Estados são obrigados a investir 12%, e os Municípios são obrigados a investir 15%, embora a maioria invista mais de 20%. O SUS, como sabemos, é tripartite - governos federal, estadual e municipal. Não é possível que o governo federal, que detém 70% da arrecadação, invista apenas 3% em saúde. Isso é um grande absurdo. O que é mais grave? Muitas vezes as



lideranças do PT criticam o governo de Minas, porque assinou um TAG, reconhecendo que não gasta os 12% exigidos com a saúde. De fato não gasta, porque houve uma mudança no sistema de contagem, na contabilidade do percentual. Quando foi votada a regulamentação da Emenda nº 29 em Brasília, havia um dispositivo, votado e aprovado pelo Congresso Nacional, determinando um mínimo para o governo federal gastar em saúde. Entretanto, a Presidenta Dilma vetou esse artigo. Ou seja, ao contrário do governo de Minas, que responsabilmente reconheceu que não gasta o mínimo, os 12%, mas que se comprometeu a gastar e escreveu como chegará nesse percentual, o governo federal, na pessoa da Presidenta Dilma, vetou o artigo que determinava o gasto mínimo com saúde. Srs. Deputados, é preciso lembrar que esse gasto com a saúde alcança os mais carentes, os mais pobres. Os ricos têm plano de saúde, fazem operações caras. As pessoas mais simples e mais carentes dependem do SUS, do sistema público, e a Presidenta Dilma vetou o artigo que determinava um gasto mínimo com a saúde pelo governo federal. Isso sim é falta de vergonha, isso sim é falta de compromisso com a população, isso sim é falta de gestão, ou seja, o governo não gasta, diz que não vai gastar e que não quer gastar, e não aceita que o obriguem a gastar. Essa é a grande realidade.

Sr. Presidente, esse projeto determina que os equipamentos de saúde informem à segurança pública a entrada de todo paciente ferido com arma de fogo ou com faca, enfim, com qualquer instrumento que caracterize notoriamente um caso de agressão. No caso da segurança pública, a situação é pior ainda. O governo de Minas prevê gastar 13% de sua arrecadação com o setor, enquanto o governo federal prevê 0,4%, ou seja, nem 1%. É só conferirem no "site", é como se o Brasil tivesse os mesmos níveis de segurança pública da Europa, o que, sabemos, não é verdade. Conhecemos a realidade da segurança pública no Rio de Janeiro e em todo o Brasil.

Minas Gerais é o quarto Estado com o menor índice de criminalidade do País. É preciso melhorar isso, e muito. O governo de Minas se propõe a gastar 13% da sua receita em segurança pública; o governo federal, 0,4%, o que é uma grande irresponsabilidade. Posso dizer, com a segurança de quem foi Secretário de Defesa Social, que várias vezes eu e os demais Secretários de outros Estados fomos a Brasília, ao Ministério da Justiça, procurar entender a Política Nacional de Segurança Pública, que não existe. Tanto não existe que isso se revela de maneira clara nos números. O investimento do governo federal é de 0,4% em segurança pública, o que nos mostra, de maneira muito clara, que o governo federal não tem opção pelos pobres, como costuma dizer, enganando a população. Queremos lembrar que o governo do PT - oito anos do governo Lula e, agora, da Presidente Dilma -, foi o período em que os banqueiros obtiveram o maior lucro da história do País. Nunca na nossa história os banqueiros foram tão bem aquinhoados com lucros astronômicos como no governo do PT, que diz ser para o povo. Os números nos mostram, de maneira muito clara, que isso é conversa fiada, pura demagogia. Na verdade, é o governo dos companheiros para os próprios companheiros.

Sr. Presidente, hoje é quarta-feira. Sabemos que neste dia, pela manhã, a maioria dos Deputados estão envolvidos com questões importantes nas Comissões, que estão repletas. E o Plenário está quase vazio, sem a presença dos Deputados. Peço a V. Exa. que reserve o tempo que me faltou para o debate de matéria tão importante e solicito o encerramento, de plano, da reunião, mas antes concedo aparte ao Deputado Almir Paraca.

O Deputado Almir Paraca (em aparte)* - Agradeço e parabeno o nobre Deputado. O senhor acaba de falar sobre segurança pública. Estamos discutindo o Veto Total à Proposição de Lei nº 21.146, que trata desse tema. Há uma questão em Paracatu muito importante e que ainda não foi resolvida. Quando o nobre Deputado estava no papel de Secretário de Defesa Social, teve a oportunidade de apresentar essa reivindicação. Continuo a contar com o nobre Deputado para nos auxiliar a dotar Paracatu de uma unidade do Corpo de Bombeiros. Sabemos que a justificativa é plenamente razoável, ainda mais agora que a nossa querida Paracatu foi considerada patrimônio histórico nacional, devido ao seu casario colonial bastante preservado. Antontem houve mais um incêndio no centro da cidade, que não foi devidamente atendido, socorrido, por não haver em Paracatu uma unidade do Corpo de Bombeiros. Esperamos que o governo do Estado nos atenda brevemente. Solicito também ao Deputado Inácio Franco, nobre Presidente, que é votado naquela cidade e que amplia a sua presença lá, que nos ajude nessa conquista.

Nobre Deputado, gostaria rapidamente de convidar a população de Paracatu para participar da audiência pública, no próximo dia 5, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização. Iremos tratar da relação da mina de ouro com a cidade. Sabemos que a mina está entrando em Paracatu, adquirindo várias áreas residenciais, e que a população que vive no limite da mina está sofrendo muito. Precisamos fazer essa importante discussão, objeto de várias audiências públicas. A próxima é para que a mineradora apresente os estudos socioeconômicos para mais uma área que provavelmente deve ser desapropriada. A audiência será realizada em 5 de setembro, na Câmara Municipal de Paracatu, a partir das 13 horas.

Portanto, é uma audiência pública muito importante. Gostaríamos que a mineradora apresentasse os estudos já realizados e a população pudesse discutir o assunto para equalizarmos essa relação: mineração-cidade de Paracatu.

O Deputado Lafayette de Andrada* - Agradeço o aparte do Deputado Almir Paraca. Gostaria apenas de falar sobre o Corpo de Bombeiros em Minas Gerais, Estado que tem 853 Municípios. O Corpo de Bombeiros é uma força recente que se desmembrou da Polícia Militar. Ele está, aos poucos, adquirindo musculatura e adentrando nas maiores cidades. Lembramos que, há anos, só existia o Corpo de Bombeiros em apenas três ou quatro cidades. Hoje ele está presente em quase 50 cidades. Devagar, está se posicionando nas cidades-polo. Paracatu é uma cidade importante e merece esse equipamento. Tenho a máxima certeza de que o Cel. Silvío está atento a isso. Recordo-me desse pleito de V. Exa. quando eu era Secretário de Segurança. Ele está no mapa estratégico do Corpo de Bombeiros. Muito em breve, Paracatu estará nesse mapa.

Questão de Ordem

Deputado Lafayette de Andrada - Sr. Presidente, peço o encerramento da reunião, preservando meu tempo para discutir tão importante projeto. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 8/8/2012

Às 9h44min, comparecem na sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Hely Tarquínio, Adelmo Carneiro Leão e Doutor Wilson Batista, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, a Deputada Liza Prado. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Wilson Batista, dispensa a leitura da ata de reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater as políticas públicas relativas ao mal de Parkinson e comunica o recebimento da seguinte correspondência: do Sr. Dirceu Brás Aparecido Barbano, Diretor-Presidente da Anvisa, encaminhando relatório referente às atividades desse órgão em 2011 e exemplar da revista "Anvisa Debate" (publicada no "Diário do Legislativo" de 13/7/2012), e do Deputado João Leite, Presidente da Comissão de Segurança Pública, convidando os membros da Comissão de Saúde para participar da reunião de audiência pública com técnicos do Executivo, com a finalidade de realizar o monitoramento da Rede de Defesa e Segurança do PPAG-2012/2015, no exercício de 2012. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Eliana Bandeira, Coordenadora Estadual de Atenção à Saúde do Idoso da Secretaria de Estado de Saúde - SES-MG -, representando Antônio Jorge de Souza Marques, Secretário de Estado de Saúde; Maria Luísa Fernandes Tostes, médica - Gerente da Assistência -, representando Marcelo Gouvêa Teixeira, Secretário Municipal de Saúde de Belo Horizonte, e Janette Melo Franco, Presidente da Associação de Parkinsonianos de Minas Gerais - Asparmig -, e os Srs. Gervásio Pierre Araújo Fraga e Henrique Vieira Domingues, respectivamente Vice-Presidente e Presidente do Instituto Parkinsoniano de Minas Gerais - Gruparkinson - MG -, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra à Deputada Liza Prado, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Nesse ínterim, assume os trabalhos o Deputado Hely Tarquínio. Segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública com o objetivo de discutir a comercialização no Estado de refrigerantes contendo substância cancerígena; dos Deputados Carlos Mosconi e Célio Moreira, em que solicitam seja realizada reunião conjunta desta Comissão com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para realizar o monitoramento da Rede de Atenção à Saúde do PPAG-2012/2015, no exercício de 2012; e do Deputado Carlos Mosconi, em que solicita seja realizada reunião destinada à audiência pública nas cidades de Conselheiro Lafaiete e Araxá, respectivamente, nos dias 23 e 30/8/2012, com o objetivo de coletar assinaturas para apresentação de projeto de lei de iniciativa popular propondo investimento de 10% da receita bruta na saúde pública. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 2012.

Doutor Wilson Batista

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DAS ENCHENTES, EM 16/8/2012

Às 10h8min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Liza Prado (substituindo o Deputado Gustavo Corrêa, por indicação da Liderança do BAM) e o Deputado Arlen Santiago, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e, com base no art. 120, inciso III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater as medidas de prevenção, atenção e reparação dos impactos das últimas enchentes no Estado de Minas Gerais. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os seguintes convidados: Deputado Federal Zé Silva, Zenilde das Graças Guimarães Viola, Diretora de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais e Eventos Críticos da Semad, representando Adriano Magalhães Chaves, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Marcelo de Deus Melo, Gerente de Planejamento Energético, representando Djalma Bastos de Moraes, Presidente da Cemig; Maria de Fátima Tolentino Bessa Martinez, Chefe de Escritório de Representação de Belo Horizonte, representando Elmo Vaz Bastos de Matos, Presidente da Codevasf; Paulo Antônio Avelar, Diretor da PRS Engenharia Consultiva e Capitão BM Eduardo Chagas Ribeiro, Chefe da Divisão Operacional do Comando Operacional de Bombeiros-MG, que são chamados a tomar assento à mesa. O Presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Registra-se, nesse momento, a presença do Deputado Célio Moreira (substituindo o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, por indicação da Liderança do BTR). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Arlen Santiago e Liza Prado (3) em que solicitam seja encaminhado à Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM - pedido de informações sobre o estado dos trabalhos relacionados com a elaboração dos mapas de risco geológico dos Municípios Mineiros; seja prorrogado, por 30 dias, o prazo dos trabalhos desta Comissão, e seja encaminhado pedido de providências



ao Ministério de Ciência e Tecnologia no sentido de incluir as cidades de Montes Claros e Itacarambi, que são vítimas de abalos sísmicos, entre as cidades monitoradas e atendidas por aquele Ministério; Arlen Santiago e Dalmo Ribeiro Silva (2) em que solicitam seja convidado a participar de reunião desta Comissão o Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional e de Política Urbana, Bilac Pinto; seja realizada visita técnica desta Comissão ao Ministério da Integração Nacional em Brasília para obter esclarecimentos sobre a destinação dos recursos disponibilizados pela União para o Estado de Minas Gerais com a finalidade de financiar projetos de prevenção e de resposta aos efeitos das enchentes. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2012.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 16/8/2012

Às 11h4min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Tiago Ulisses, Gustavo Corrêa e Rômulo Viegas (substituindo o Deputado João Vítor Xavier, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rômulo Viegas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Gustavo Corrêa, em que solicita sejam retirados de pauta os Projetos de Lei nºs 113 e 1260/2011. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Dalmo Ribeiro Silva em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, com a finalidade de debater a campanha lançada pelo governo de Minas Gerais 'Movimento Justiça ainda que tardia', que propõe mudanças no pagamento dos "royalties" da mineração; e dos Deputados Célio Moreira, Sávio Souza Cruz e Tenente Lúcio em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública conjunta com as Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo para realizar o monitoramento da Rede de Desenvolvimento Econômico Sustentável do PPAG-2012/2015 no exercício de 2012. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2012.

Sávio Souza Cruz, Presidente – Tiago Ulisses – Carlos Henrique.

ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 22/8/2012

Às 9h1min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Duarte Bechir, Sargento Rodrigues e Célio Moreira, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Rogério Correia e Tenente Lúcio. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a obter esclarecimentos sobre denúncias de perseguição, assédio moral e violação de direitos humanos sofridos pelo Cabo PM Silvano David Ribeiro e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício da Deputada Rosângela Reis, Presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social desta Casa, convidando esta Comissão para participar de audiência pública, dia 5/9/2012, às 14h30min, com técnicos do Executivo, para realizar o monitoramento da Rede de Desenvolvimento Social e Proteção do PPAG 2012-2015 no exercício de 2012 e de correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: dos Srs. José Silva, cidadão; Cel. PM Eduardo César Reis, Diretor de Recursos Humanos da PMMG; Luiz Antônio Sasdelli Prudente, Corregedor-Geral do Ministério Público de Minas Gerais; Andréa Figueiredo Soares, Promotora da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos; Rodrigo Borges Barros, Subsecretário de Meio Ambiente e Turismo de Uberaba; Danilo Vieira Júnior, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Cássio Soares, Secretário de Estado de Desenvolvimento Social (09/08/2012); da Sra. Maria Cláudia Peixoto de Almeida, Chefe de Gabinete de Educação da Secretaria de Estado de Educação; do Cel. PM Marco Antônio Badaró Bianchini, Chefe da Assessoria Institucional da PMMG; dos Srs. Carlos Alberto Menezes de Calazans, Superintendente Regional do Incra; Regis Maciel Ferreira Junior, da Diretoria de Atendimento a Denúncias do Cidadão e de Órgãos de Controle da Secretaria de Estado de Meio Ambiente; José Adércio Leite Sampaio, Procurador Regional da República; Marco Antônio Panisson, Diretor do Departamento da Corregedoria-Geral da Justiça; Édino Fonseca, Deputado da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (10/8/12); Kepler Cota Cavalcante Silva, Promotor de Justiça; Paulo Ramalho, Promotor da 22ª Promotoria de Justiça da Comarca de Juiz de Fora; da Sra. Camila Silva Nicácio, Subsecretária de Atendimento às Medidas Socioeducativas; dos Srs. Ernane Geraldo de Araújo, Promotor de Justiça; Luciano França da Silveira Júnior, Corregedor-Geral em exercício do MPMG (17/8/12). A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. William dos Santos, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/MG; Ten. Cel. PM Wesley Barbosa, Comandante do 17º Batalhão de Polícia Militar; Ten. Cel. Nerivaldo Izidoro Ribeiro, Subcorregedor da PMMG; Cb. PM Silvano David Ribeiro, do 17º Batalhão de Polícia Militar; Sd. PM Carlos Antônio Macedo, do 17º Batalhão

de

Polícia

Militar;



Marco Alexandre Machado, ex-Policial Militar e Presidente da União dos Servidores Públicos de Minas Gerais; Fabiano Bonatti, advogado; Antônio Coelho Campos, advogado; Daniel Igor Mendonça, advogado; Ailton Cirilo da Silva, Vice-Presidente da Associação dos Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar; Zoé Ferreira dos Santos, advogado da Associação dos Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Sargento Rodrigues, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 3.527/2012. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Durval Ângelo, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao Sr. Ronaldo Neves dos Santos, da Seção de Prontuários do Detran/MG, pela eficiência no trabalho e zelo com os direitos do usuário, bem como o atendimento exemplar a cidadãos em busca de documentos familiares arquivados há décadas; do Deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada reunião de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos, para apurar denúncias de lavratura de boletins de ocorrência em Juiz de Fora com descrição de crimes diversos daqueles narrados pelas vítimas, em geral delitos menos graves do que os efetivamente praticados, com o intuito de alterar os índices de criminalidade no Estado, conforme denúncia veiculada pelo Jornal Tribuna de Minas; do Deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Estado de Defesa Social e ao Chefe da Polícia Civil pedido de providências para garantir que os inquéritos policiais presididos pelo Delegado Márcio Naback, enquanto estava lotado no Deoesp, sejam mantidos sob as investigações daquele departamento, a despeito da remoção do referido Delegado; do Deputado Sargento Rodrigues (8), em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Direitos Humanos, para obter esclarecimentos sobre as supostas declarações feitas pelo Maj. PM Paulo Roberto Medeiros de que "90% dos policiais do Batalhão Rotam são ladrões"; em que solicita sejam ouvidos em reunião de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos, destinada a obter esclarecimentos sobre denúncias de perseguição, assédio moral e violação de direitos humanos sofridas pelo Cb. PM Silvano David Ribeiro, os Srs. Fabiano Bonnatti e Mauro Alexandre; em que solicita seja realizada reunião de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos, para obter esclarecimentos do Corregedor da Polícia Militar, Cel. PM Hebert Fernandes Souto Silva, sobre resposta encaminhada a esta Comissão através do Ofício 2.509/2012, oportunidade em que afirma que a Comissão provocou indevidamente o Ministério Público; em que solicita seja realizada reunião de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos, para obter esclarecimentos sobre o assédio moral cometido contra a Sra. Elaine Bastos Peluso, servidora pública atualmente lotada na Comissão Permanente de Arquivos e Documentos da Secretaria de Estado de Saúde; em que solicita seja encaminhado ao Cel. PM Hebert Fernandes Souto Silva, Corregedor da Polícia Militar, documentos requeridos através do Ofício nº 07/12-RIP 102720/CPM, tendo em vista a apuração atinente aos fatos ocorridos em Teófilo Otoni, sobre o Ten. Cel. PM Marco Barbosa da Fonseca, ex-Comandante do 19º BPM, em resposta ao Ofício nº 634/2012/SGM que encaminhou as notas taquigráficas da 5ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos; em que solicita seja encaminhado à Promotora Kelma Marcenal Pinto, da 19ª Promotoria de Justiça, no Município de Juiz de Fora, cópia da gravação que confirma o pagamento de propina a policiais militares envolvidos com a "máfia dos caça níqueis", em resposta ao ofício encaminhado por essa promotora após receber as notas taquigráficas da 22ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos, encaminhadas através do ofício nº 1.496/SGM/2012; em que solicita sejam encaminhados ao Conselho Regional de Medicina as notas taquigráficas da 24ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos e pedido de providências para que se apure a eventual ocorrência de transgressão ao Código de Ética Médica pelo Cap. Médico PM Braga, lotado no 17º Batalhão da PMMG em Uberlândia, especialmente no trecho do depoimento do Ten. Cel. PM Wesley Barbosa, Comandante do 17º BPM; em que solicita sejam encaminhados ao Ministério Público Curador do Patrimônio Público de Uberlândia as notas taquigráficas da 24ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos, especialmente o trecho em que o Ten. Cel. PM Wesley Barbosa, Comandante do 17º BPM, admite que quatro policiais militares estariam exercendo atividades em desvio de função na reforma em edifício do Estado, localizado naquela Comarca, aperfeiçoando em tese desvio de função; do Deputado Sargento Rodrigues e do Deputado Duarte Bechir, em que solicitam sejam encaminhados ao Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Minas Gerais, as notas taquigráficas da 24ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos e pedido de providências para que seja garantido o efetivo exercício das prerrogativas dos advogados nos processos administrativos que se desenvolvem perante a Polícia Militar de Minas Gerais. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2012.

Paulo Lamac, Presidente - Sargento Rodrigues - Rogério Correia.

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 22/8/2012

Às 14h35min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Pimenta, Tadeu Martins Leite e Duarte Bechir, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Pimenta, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Duarte Bechir, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios da Sra. Ana Cláudia da Silva Alexandre, Defensora Pública-Geral em exercício, e dos Srs. Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça (2), Sérgio Alair Barroso, Secretário de Estado Extraordinário da Copa do Mundo e Luiz Antônio Sasdelli Prudente, Corregedor-Geral do Ministério Público de Minas Gerais (publicados no Diário do Legislativo de 10/8/2012); ofícios dos Srs. Joaquim Herculano Rodrigues, Presidente do Tribunal de Justiça



do Estado de Minas Gerais e Luiz Audebert Delage Filho, Corregedor-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais (publicados no “Diário do Legislativo” de 17/8/2012); e “e-mail” do Senador Eduardo Amorim, acusando o recebimento do Ofício nº 2.142/2012/SGM, sobre a moção de apoio e solidariedade à greve dos trabalhadores das instituições federais de ensino. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 229/2011, 2.956, 3.161 e 3.279/2012, que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.524, 3.525 e 3.528/2012. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Liza Prado em que solicita seja realizada audiência pública para debater as demissões ocorridas na Fhemig durante o processo de mobilização da categoria, ocorrido no mês de junho e julho deste ano; e dos Deputados Duarte Bechir em que solicita seja realizada audiência pública para debater a necessidade de se instituir piso salarial, no Estado de Minas Gerais, em favor dos advogados contratados; e Carlos Pimenta em que solicita seja encaminhada cópia do Requerimento nº 3.524/2012, de autoria do Deputado Duarte Bechir, com a respectiva justificativa, à OAB/MG, a suas subseções no Estado e às Escolas de Direito de Minas Gerais, para conhecimento. Ato contínuo, é recebido para ser apreciado em reunião posterior requerimento do Deputado Celinho do Sinttrocel em que solicita seja realizada audiência pública para debater a situação dos membros da Associação de Compradores de Ações da Açominas - ACAA -, diante de possíveis perdas frente ao plano de privatização das siderúrgicas estatais. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2012.

Carlos Pimenta, Presidente - Celinho do Sinttrocel.

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 22/8/2012

Às 14h42min, comparece na Sala das Comissões o Deputado Bosco, membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Bosco, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada e subscrita. A Presidência informa que a reunião se destina a realizar o monitoramento da Rede de Ciência, Tecnologia e Inovação do PPAG 2012-2015 no exercício de 2012, e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Vicente Gamarano, Subsecretário de Ciência, Tecnologia e Inovação, representando Evaldo Ferreira Vilela, Secretário Adjunto de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Gerente do Programa Estruturador Tecnologia e Inovação Rumo à Economia do Conhecimento; Cláudio Furtado Soares, Assessor Adjunto de Planejamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado, representando Mário Neto Borges e Paulo Kleber Duarte Pereira, do Programa Associado de Apoio à Indução e à Inovação Científica e Tecnológica para o Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais; e Ramon Pereira Souza, do mesmo Programa, os quais são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, como autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2012.

Bosco, Presidente.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 27/8/2012, destinada a homenagear a Companhia Cedro Cachoeira pelo transcurso de seus 140 anos de fundação.

Palácio da Inconfidência, 24 de agosto de 2012.

Dinis Pinheiro, Presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 203/2011

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia Relatório

De autoria do Deputado Elismar Prado, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Pais, Alunos, Mestres e Amigos do Colégio Presbiteriano Comenius – Aspama –, com sede no Município de Uberaba.



A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 203/2011 pretende declarar de utilidade pública a Associação de Pais, Alunos, Mestres e Amigos do Colégio Presbiteriano Comenius – Aspama –, com sede no Município de Uberaba, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo congregar a comunidade escolar em prol da qualidade na educação e da formação do ser humano integral.

Com esse propósito, a instituição fomenta a ampliação da consciência de cidadania e da responsabilidade social por meio da valorização de princípios morais e éticos; apoia a instrução em todos os seus níveis; promove a educação formal e a cultura; incentiva o voluntariado; colabora com o poder público na formulação de políticas públicas que visem à melhoria da formação escolar, profissional, cultural e artística; realiza eventos e campanhas de caráter filantrópico e assistencial; e atua no treinamento continuado de docentes e pessoal técnico e administrativo das instituições educacionais da região.

Tendo em vista o importante trabalho social desenvolvido pela Aspama em defesa da qualidade da educação dos jovens uberabenses, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 203/2011, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 2012.

Bosco, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.292/2011

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Relatório

De autoria do Deputado Paulo Guedes, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Portadores de Deficiência de Curvelo, com sede no Município de Curvelo.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.292/2011 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Portadores de Deficiência de Curvelo, com sede no Município de Curvelo, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo promover o bem-estar e a integração da pessoa com deficiência.

Na consecução de seu propósito, a instituição defende os direitos e interesses das pessoas com deficiência; desenvolve projetos culturais, educacionais e desportivos; combate a fome e a pobreza, por meio da realização de cursos profissionalizantes e de capacitação, de acordo com as condições de seus assistidos; incentiva a geração de emprego e renda com a formação de grupos de produção; fomenta a proteção ao meio ambiente; promove a habilitação e a reabilitação de pessoas com deficiência, assim como sua integração na vida comunitária.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Associação dos Portadores de Deficiência de Curvelo, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.292/2011, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2012.

Marques Abreu, relator.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

58ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 21/8/2012

O Deputado Adalclever Lopes* - Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, venho hoje a esta tribuna para tecer alguns comentários sobre o governo do Estado.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, há um movimento grande da Assembleia Legislativa e do governo de Minas sobre o Mais Saúde. Deputado Sávio Souza Cruz, fez um levantamento até na minha região e encontrei uma das coisas mais absurdas do mundo. Penso que o movimento teria de ser "menos saúde". Tínhamos de pegar todas as assinaturas que foram colhidas em Minas e, antes de embarcar em Confins com a caravana que as levará à Presidente Dilma, dar uma paradinha e entregar ao Governador do Estado o Mais Saúde. Além disso, lembrar-lhe que, como Governador do Estado, precisa cumprir a Constituição.



Vou citar alguns exemplos. Apresentei uma emenda parlamentar de R\$100.000,00 para o hospital, gerido pelas freiras, de Pavão - uma cidade típica do Mucuri, muito pobre e com baixo IDH, onde fui majoritário -, mas o governo não paga. Ou seja, não paga o que está previsto no Orçamento do Estado, votado por esta Casa. Lá é “menos saúde”, porque o Rodrigo de Castro não é votado ali. Comparemos com cidades do Sul de Minas, como Caxambu. Para o hospital de Caxambu, mandaram, sem qualquer emenda parlamentar, R\$500.000,00. Acho que esse hospital merecia até mais - R\$1.000.000,00, R\$2.000.000,00, R\$3.000.000,00 -, pois tudo o que for enviado para a saúde é pouco, mas quero apenas fazer uma analogia e mostrar a discrepância entre um Município onde é votado um apaniguado e um onde ele não é votado: para este, apesar de o hospital - que é filantrópico e tocado voluntária e gratuitamente pelas freiras - ter sido posto no Orçamento, o governo do Estado faz essa censura, de forma arbitrária e desumana. Depois, prega a mentira do Mais Saúde. Isso não é verdade.

Em Minas está acontecendo um fato interessante: vivemos um regime de exceção, em que o chefe do governo do Estado, que, por acaso, não é o Governador, mas o Secretário de Governo, escolhe a quem pagar. Vejamos o exemplo de Caratinga. A esse propósito, já denunciei desta tribuna que havia uma distribuição de recursos para a área de saúde, e o sistema do Estado foi aberto pelo Secretário de Saúde, mas pagaram apenas para os Deputados que votavam com o governo; os que não votavam com o governo, tinham “menos saúde” - estes, não receberam nada; não deviam ter problemas. Para o hospital de Caratinga, também filantrópico, havia uma emenda parlamentar, fruto de acordo nesta Casa com o Líder de Governo e os meus pares do PMDB e do PT, mas isso não foi cumprido. Como Caratinga não vota no Rodrigo de Castro, seu hospital não recebeu o recurso.

Na mesma linha, Sr. Presidente, há ainda uma emenda parlamentar para a capela-velório de Caratinga, de R\$400.000,00, que também não foi paga. Na verdade, há a emenda de 2011 que não foi paga. É fácil: se for apaniguado, paga-se; se não for, não se paga. Chegou ao ponto de o Secretário de Governo pegar um avião, descer no aeroporto de Caratinga - ressaltando que o atual Prefeito de Caratinga não é meu aliado; ele é do PT e, ao contrário, não somos da mesma corrente política - e dizer, em reunião, como está gravado e filmado, que as portas do Palácio da Liberdade estavam fechadas para o povo de Caratinga e que, enquanto não se elegeesse o Prefeito que ele queria, o Município não receberia recursos. De fato, o que ele disse foi verdade: realmente, não pagou a emenda da capela-velório, por exemplo. Em Caratinga, como não há uma capela-velório, as pessoas velam os seus entes queridos - pai, mãe, irmão -, na sala de casa, e às vezes essa é a última imagem que os amigos levam consigo. É um absurdo total. Não sei se é verdade, mas, pelo que dizem na cidade, o Secretário de Governo não iria sequer mandar o dinheiro para fazer a capela-velório; pelo que dizem, parece que, por ele, os corpos que apodreçam no meio da rua - não precisam nem de capela-velório, nem de cemitério; não votam mesmo.

Estou aqui, Sr. Presidente, caros Deputados Sávio e Rogério Correia, para apresentar uma relação de gastos. Gastaram R\$300.000.000,00 com emenda parlamentar para eleger um Deputado e fazer dobradinha com os outros que o levavam para obter votos. Vou apresentar a relação. Inscrevi-me para pronunciar-me por uma hora, vou apresentar o nome de Município por Município e mostrar ao povo de Minas como tem sido gasto o recurso de emenda parlamentar, a emenda do “menos saúde”.

Como eu disse, mais uma vez, é uma vergonha para Minas a pregação, em todo o Estado, de propaganda enganosa dizendo que Minas tem mais saúde, sendo que nem sequer emenda parlamentar é paga. Repito: no Município de Pavão foram R\$100.000,00 para o hospital, emenda parlamentar, e não pagavam. Mas nos outros Municípios não foi assim. Se houver um Deputado Federal do PSDB, de preferência filho do Secretário de Governo, há vantagem e não é preciso ser emenda parlamentar; aliás, não é preciso fazer nada, é mais saúde com mais voto. Pode-se fazer o que quiser, Deputado Sávio, que não há problema, será mais saúde, mais dinheiro, mais o que quiser.

Estou aqui denunciando a forma enganosa, mentirosa com que o governo do Estado tem apresentado a propaganda do Mais Saúde, que é uma mentira. Estão colhendo assinaturas, e o povo aprova. Lógico, se se chegar à minha cidade e perguntar sobre saúde, segurança e educação, todos querem mais saúde, mais segurança e mais educação. Porém, na prática as coisas são totalmente diferentes. O governo do Estado não tem honrado compromissos com emenda parlamentar. Não vou dizer sobre aquele aparte que deram, da saúde, porque aquilo era outra coisa, era um benefício, um carinho. Havia um carinho a mais. Agora, emenda parlamentar foi votada, colocada no Orçamento e não foi honrada, não foi paga. De duas coisas, uma: ou o governo, de fato, está quebrado e escondendo tal fato do povo mineiro, ou esse negócio do Mais Saúde é mentira.

Quero falar também sobre o empréstimo que mais uma vez o governo do Estado vai pedir, e sem explicação. Portanto, quero alertar os colegas desta Casa. O nosso Líder está inscrito para se manifestar e vai apresentar a posição da bancada, na compreensão de que esse empréstimo é um absurdo total. Estão pegando empréstimo sem explicar para quê. De forma genérica, não há explicação. O povo de Minas vai ficar mais atolado. Disseram até que há um programa, o Minas Avança, e o empréstimo é “Minas Atola”. Mais uma vez, vai o governo atolando. E o “Minas Atola” pega mais dinheiro!

O governo de Minas diz que o maior agiota é o governo federal. Se é o maior agiota, por que está indo lá pegar dinheiro emprestado de novo? Se ele é agiota, vai pegar dinheiro com agiota de novo? Mais uma mentira. Está pegando o empréstimo para criar expectativa, como dizem, para pegar uma carta de fiança a fim de dar uma aguada nas campanhas, não é? Isso porque, com uma carta de um bilhão e pouco, diz à empreiteira: “Está aqui, vamos realizar muitas obras. Dê uma ajuda ao candidato tal, ao candidato A, B, C”. É o que dizem, eu não posso confirmar, mas, como parece, só pode ser isso o que está acontecendo, porque, se se aprovar isso agora ou depois do período eleitoral, não faz diferença nenhuma. Até porque os projetos executivos, todos, estão demorando de seis a oito meses. Então, se o projeto está sendo feito, se a obra está sendo licitada, não há nenhum problema fazer isso depois do período eleitoral. Mas não, Deputado Sávio, o “Minas Atola” está aí de novo e vai pedir mais dinheiro. E depois dizem que o governo federal é agiota. Ora, se vai ao banco todos os dias e pega empréstimo, tem de pagar.

Minas não está honrando os compromissos. Minas não está honrando o compromisso com os parlamentares desta Casa. Não estou falando do carinho, que vem à parte. Aquele “Menos Saúde” e Mais Saúde foi só para os apaniguados. Estou falando de emenda orçamentária. Eu disse de um Município do Mucuri. E eles pregam que é preciso ajudar o Mucuri, mas como não pagam a emenda?



Estou impressionado com a falta de bom-senso, de sensibilidade. É um governo covarde. O que está fazendo com os Municípios mais pobres do Mucuri, do Jequitinhonha, não pagar emenda parlamentar é um absurdo total.

Então, se me convidarem, eu queria ir junto com essa caravana do Mais Saúde. Também quero pedir mais saúde para Minas. Quero mais educação, mais segurança pública. Belo Horizonte foi considerada uma das Capitais mais perigosas, mais inseguras, e com outro detalhe: ficou em segundo lugar entre as que possuem o maior número de alarmes instalados por habitante. Isso mostra a sensação de insegurança em que o cidadão belo-horizontino vive. O mineiro está vivendo o abandono na segurança pública, e nem precisamos falar da educação. A maior greve da história de Minas Gerais foi a da educação. Uma greve louca, maluca, de cento e poucos dias, porque o governo não queria conversar, estava de pirraça com os professores. O governo fazendo pirraça. Depois acabaram fazendo o que teria de ser feito, se tivesse falado no início. Deixou toda a população de Minas com um prejuízo imenso no calendário escolar, e hoje está aí, pregando mais essa mentira. Mais Saúde, mais saúde onde? No hospital da minha terra não tem mais saúde, lá não votam no Rodrigo de Castro. Lá não precisa ter, lá não pagam nem emenda. Em Pavão, a mesma coisa. Município pequenininho, e as freiras é que tomam conta do hospital. O Governador podia ter sensibilidade.

Pedirei à caravana do Mais Saúde para eu ir junto, para darmos uma paradinha no Centro Administrativo para pedir ao Governador do Estado que cumpra a Constituição, que é obrigação dele, para depois ir à Presidente Dilma reclamar mais saúde. Acho que tem de ir, todos queremos mais saúde.

Conversando ontem com um advogado criminalista amigo meu, ele dizia que isso, aliás, é prevaricação. Não sei se é, consultarei, e, se for, nós, da minha terra, entraremos com uma ação popular denunciando essa prevaricação. A emenda foi colocada, foi assinado convênio, e ela não foi paga, e se paga para o Município do lado, que vota no candidato dele. Isso é prevaricação.

Sr. Presidente, para concluir, quero dizer que, quanto ao “Menos Saúde” e ao “Minas Atola”, faço questão de ir junto com a caravana e pedir para dar uma freadinha na MG-010, para que possamos entregar ao Governador do Estado algumas assinaturas, para que o governo do Estado cumpra o que manda a lei, a Constituição do Estado, a Carta Magna do Estado, que é o percentual da educação e da saúde que este governo não cumpre. Só cumpre o Mais Saúde onde o filho do Secretário de Governo é votado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sávio Souza Cruz* - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aqueles que nos acompanham pelas galerias, e muito especialmente aqueles que assistem a esta reunião pela TV Assembleia.

O Deputado Adalclever Lopes trouxe a esta Casa um rol de assuntos, que têm um elo entre si. Falou sobre a campanha, ou seja, a mistificação que representa a campanha Mais Saúde e o “Minas Atola”, que é uma expressão, uma marca capaz de levar aos mineiros, de forma sintética, uma mensagem em relação à situação das finanças do Estado. Ao contrário do que a maciça publicidade paga pelo erário para construir o mito para suportar a campanha de Aécio Neves tem dito, esse contexto faz com que Minas hoje seja o mais endividado Estado entre todos da Federação. É isso mesmo! Aos mineiros isso não é dado a conhecer. Aos mineiros é sonogado o direito de acesso à informação pela censura que o Senador Aécio Neves e seu grupo impuseram aos meios de comunicação da grande imprensa, através do abuso da publicidade oficial.

No entanto, Minas hoje, além de dever aproximadamente R\$65.000.000.000,00 ao governo federal numa negociação que foi feita... Aliás, Deputado Pompílio Canavez, vale a pena sempre lembrar que, em 1997, foi feita aquela negociação entre um Presidente do PSDB, Fernando Henrique Cardoso, e um Governador também desse partido, Eduardo Azeredo, que programaram o início dos pagamentos para 1999. Essa é a regra dos governos tucanos. Quem faz a dívida e a negociação solta os foguetes, faz as inaugurações e paga a publicidade, mas deixa a dívida para os futuros governantes pagarem. Fora esses R\$65.000.000.000,00 originários da negociação da dívida - insisto - entre um governo estadual e um governo federal, ambos tucanos, de Aécio Neves para cá já foram mais de R\$14.000.000.000,00 de empréstimos autorizados por esta Assembleia. Além desses R\$14.000.000.000,00, já há, em tramitação, sempre em ritmo acelerado nesta Casa, naquele trâmite que costume chamar de “Ben Johnson”, porque é rápido e viciado. A ideia é autorizar que o Estado contraia mais R\$1.326.000.000,00 em novos empréstimos, totalizando em números redondos R\$16.000.000.000,00 - de Aécio Neves para cá -, que vêm se somar aos R\$65.000.000.000,00 da dívida fundada com a União e faz com que o Estado hoje deva mais de R\$80.000.000.000,00 e se transforme assim - insisto - no mais endividado Estado da Federação. Na verdade, é a pior relação dívida-orçamento e dívida-PIB.

Os números que os tucanos têm que apresentar, ao contrário da Minas paradisíaca, da Minas do “marketing” e da Minas fantasiosa que se constrói na imprensa, custeada pela publicidade que o erário de Minas já não consegue suportar, são que Minas tem 10,5% da população do País, mas somente 9,4% do PIB. Quer dizer, Deputado Pompílio Canavez, os mineiros, na média, são 10% mais pobres que os brasileiros. No entanto, apesar de sermos, em média, 10% mais pobres que os brasileiros, a dívida do Estado de Minas, entre a dos outros Estados, responde por 15,5%, ou seja, os mineiros são 10% mais pobres que os brasileiros, mas 50% mais endividados que os brasileiros, na média.

Essa é a construção real e a obra de Aécio Neves. Com rara sabedoria e capacidade de comunicação, sobretudo com as camadas mais simples da população, o Deputado Adalclever Lopes batizou a bancarrota que é o novo programa dos tucanos como “Atola Minas”.

Minas continua sendo atolada em dívidas; sendo atolada em programas que só existem como fachada das propagandas; sendo atolada por renunciar a ter qualquer projeto administrativo, qualquer projeto de governo, porque hoje o governo de Minas só leva à frente um projeto. Só há a concentração de esforços em Minas em torno de um projeto e, para desespero dos mineiros, não é um projeto administrativo, não é um projeto na área social, não é um projeto educacional, não é na saúde nem na segurança. O único projeto com o qual o governo de Minas se preocupa e que, de fato, está empenhado em levar à frente é o da campanha obcecada do Senador Aécio Neves. Minas e os mineiros postos a serviço de um projeto pessoal. Minas e os mineiros relegados a meros coadjuvantes de uma campanha permanente custeada sempre pelo erário, o que já acontece há 10 anos, Deputado Pompílio. Isso começa a envolver, inclusive, esta Casa, que, há pouco tempo, no primeiro semestre, foi envolvida no projeto da campanha eleitoral

do Senador e fez uma campanha enorme, na mídia nacional, falando da dívida com o governo federal. Mas se esqueceu de falar que a dívida foi feita e negociada entre dois governos tucanos: o de Eduardo Azeredo e o de Fernando Henrique Cardoso. Esqueceu-se de falar que em 1999, quando essa dívida começava a ser paga no governo Itamar Franco, que naquele momento denunciou a dívida como impagável e os termos em que foi negociada como lesivos ao Estado de Minas Gerais, foram justamente os tucanos, que agora denunciam a dívida com 13 anos de atraso, que a defenderam dizendo que havia sido uma ótima negociação, e chamaram o Governador, o governo Itamar, de doidivana, louco, antigo, jurássico. Porém, 13 anos depois, adotam o mesmo discurso, depois que a dívida já passou dos R\$14.000.000.000,00 originais, que pagamos mais de R\$25.000.000.000,00, e já estamos devendo R\$65.000.000.000,00. Deputado Bonifácio Mourão, aquele governo Itamar Franco tinha autoridade para denunciar essa dívida, porque foi um governo austero, foi um governo que não contraiu um centavo de novas dívidas, diferentemente do governo tucano que se instaurou a partir de 2003, como disse, de Aécio para cá, já pedindo autorização nesta Casa para contrair, somado ao projeto que já tramita em ritmo Ben Johnson, R\$16.000.000.000,00 em novos empréstimos.

E a Assembleia fez toda essa propaganda, custeada pelo orçamento do Poder Legislativo, dentro não de um projeto institucional, não de um projeto de Estado, mas de uma mistificação, na lógica da campanha de Aécio Neves, que, não podendo mais esconder as mazelas e os problemas pelos quais Minas Gerais passa, usa agora o diversionismo de querer atribuir a forças externas, de querer atribuir a outros entes federados a responsabilidade pelo fiasco da administração estadual nos últimos três mandatos.

É essa a situação. E agora chegamos ao cúmulo dessa campanha, que, como diz o Deputado Adalclever Lopes, deveria se chamar “Menos saúde”, porque é um governo que, há 10 anos, repito, há 10 anos, descumpra o mandamento constitucional que obriga o Estado a investir 12% na saúde. Não cumpriu em 2003, não cumpriu em 2004, não cumpriu em 2005, não cumpriu em 2006, não cumpriu em 2007, não cumpriu em 2008, 2009, 2010 e 2011. Sequencialmente advertido pelos órgãos de controle, resolveu criar uma nova situação: celebrar o inédito termo de ajustamento de gestão - TAG -, que poderia ser chamado também de “tratado de autorização da ganância”.

O Estado pode gastar com a publicidade, pode gastar com o “road show” do Senador, mas em saúde não precisa gastar. E vai continuar assim, como se fosse possível o governo do Estado, com a ajuda do Tribunal de Contas, suspender a vigência da Constituição de Minas Gerais até o final deste governo. Constituição que teve justamente no Deputado Bonifácio Mourão o seu relator no final dos anos 1980 e início dos anos 1990. É essa a situação de Minas. Este ente federado, que, descaradamente, despidoradamente, há 10 anos não cumpre o mínimo constitucional que lhe é exigido, resolve fazer uma campanha para criar um mandamento constitucional para outro órgão, para outro ente federado.

Todos nós estamos de acordo em que é necessário mais investimento do governo federal na saúde, mas, para ter autoridade de cobrar isso, o mínimo que Minas Gerais deveria fazer seria cumprir a Constituição e o seu papel. Deve deixar de jogar bilhões na “Brasília”, na pirâmide do faraó mineiro; deve deixar de jogar de R\$2.000.000.000,00 a R\$3.000.000.000,00 em publicidade para comprar o mito, para construir a mitificação, para custear a campanha de Aécio Neves.

E agora, Deputado Mourão, a quem terei o prazer de conceder aparte, o Deputado Adalclever traz uma denúncia gravíssima: investimentos em áreas sociais da maior sensibilidade, como segurança e saúde, são definidos em Minas conforme a conveniência eleitoral do filho do Secretário da Casa Civil. É essa a denúncia grave que trouxe a esta Casa e a Minas Gerais o Deputado Adalclever Lopes e que não pode ficar sem resposta, como se não tivesse havido. Todos nós já ouvimos falar do acesso fácil às verbas públicas desse Deputado Federal, mas sonegar a alguns mineiros o acesso a verbas fundamentais de saúde para destiná-las conforme a conveniência eleitoral de um Deputado Federal chega a ser crime que precisaria gerar responsabilização.

Quero ouvir, com prazer, o aparte do Deputado Bonifácio Mourão.

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - Agradecemos a atenção de V. Exa., mas começamos citando a sua expressão, quando compara o Senador Aécio Neves a um faraó mineiro. Talvez V. Exa. esteja fazendo isso por causa do legado de realizações deixado por Ramsés II, Tutankamon e tantos outros, e é o que está fazendo o Senador Aécio Neves: deixando um legado de realizações positivas para a história do Estado de Minas Gerais.

Aproveito este aparte para dizer a V. Exa., primeiro, que a questão da dívida pública do Estado de Minas Gerais é um problema de todos os Estados brasileiros. V. Exa. sabe disso e sabe que essa questão não começou com Aécio Neves nem com Anastasia, muito menos com Eduardo Azeredo. Essa dívida começou na década de 1960 e veio avolumando-se cada vez mais, quando foi feito, conforme a Lei nº 9.496, em 1997, um acordo com os Estados. Quando a inflação era muito alta, o Plano Real veio para combatê-la, e na época os juros eram de 18%, mas hoje os juros são de 4%, de modo que a situação é completamente diferente. Por isso a dívida subiu assim para todos os Estados brasileiros.

Mas, se Minas estivesse na situação que V. Exa. está descrevendo, ela com certeza, tanto no governo Aécio quanto no governo Anastasia, não teria a chamada capacidade de endividamento. E porque tem capacidade de endividamento é que está conseguindo fazer transações bancárias a juros perfeitamente acessíveis, inclusive com o BNDES, e fazer realizações. Agora, por exemplo, essa transação bancária é para o programa Caminhos de Minas, que dá continuidade ao Processo, que beneficia todos os mineiros de modo geral. E V. Exa. sabe disso.

V. Exa. abordou também a questão da saúde, e foi uma pena que não tenha participado da exposição da Secretária Renata Vilhena a respeito do Plano Plurianual. Ela fez um demonstrativo muito claro - e o Deputado Dalmo estava presente - sobre o trabalho do governo desde 2003, com Aécio Neves, até o trabalho agora, do Anastasia, com projeções para o futuro e o equilíbrio em Minas Gerais, o que está trazendo, cada vez mais, a melhoria da qualidade de vida em todos os sentidos. V. Exa. bem sabe que, em um aparte, não dá para enumerar - talvez nem mesmo em muitas horas - todas as obras de Aécio e Anastasia neste Estado, mas o povo de Minas Gerais sabe muito bem das obras feitas por eles.

O Deputado Sávio Souza Cruz* - Agradeço ao Deputado Bonifácio Mourão o aparte. Já tendo o meu tempo esgotado, peço a compreensão da Presidência para, em mais um minuto, terminar minhas palavras.



De fato, há uma semelhança entre as pirâmides que eram usadas para guardar as múmias do Egito antigo e a nova pirâmide do faraó moderno, onde são enterrados os servidores, que para lá correm com enorme dificuldade por causa da mobilidade que não existe em Belo Horizonte. Eles também não têm acesso a nenhuma possibilidade de convívio agradável e civilizado na prestação de serviços. Peço que conversem com os servidores que lá trabalham e vejam se, de fato, eles não se sentem como múmias naquelas pirâmides do faraó mineiro.

Minas está quebrada, Deputado Bonifácio Mourão, Minas atolou. Temos o “Atola Minas” e o “Menos saúde”, ao contrário do que a publicidade, da qual abusa tanto o Senador Aécio Neves para construir a sua campanha e enganar os mineiros, mostra. Mas vamos, com denodo, insistência e perseverança, mostrar a verdadeira situação de Minas, o mais endividado Estado da Federação.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DO SR. PRESIDENTE

Na data de 20/8/2012, o Sr. Presidente, nos termos da Lei nº 15.014, de 15/1/04, das Resoluções nºs 5.134, de 10/9/93, 5.198, de 21/5/01, e 5.295, de 15/12/06, c/c as Deliberações da Mesa nºs 2.043, de 29/5/01, 2.468, de 23/11/09, 2.473, de 21/12/09, e 2.540, de 1º/8/2012, assinou o seguinte ato:

designando José Henrique Ribeiro Campos para a Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 58/2012

Nº DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 73/2012

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que, em virtude de inclusões de subitens relativos à qualificação técnica no edital do pregão eletrônico em epígrafe, que tem como objeto selecionar a proposta mais vantajosa para a contratação de serviço de transporte de passageiros em micro-ônibus executivo, a sessão pública virtual fica adiada para as 14h30min horas do dia 11/9/2012.

Belo Horizonte, 24 de agosto de 2012.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

TERMO DE CONTRATO CTO/70/2012

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Pedra Grande Transportes e Comércio Ltda. Objeto: fornecimento de água mineral sem gás. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 43/2012. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

TERMO DE CONTRATO CTO/79/2012

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Serralheria São Lucas Indústria e Comércio Ltda. Objeto: construção de estrutura metálica, com fornecimento dos materiais necessários. Vigência: 8 meses a contar da assinatura. Licitação: Convite nº 2/2012. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-4.4.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO – ADT/81/2012

1ª Conveniente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. 2ª Conveniente: Controladoria-Geral do Estado. Objeto: cooperação técnica entre as convenientes, visando à transferência de metodologia de auditoria para avaliação jurídica, fiscal e de funcionamento na execução de despesas com locação, fretamento de veículos, serviços e profissionais de consultoria, assessoria e pesquisa, e divulgação da atividade parlamentar relativamente às verbas indenizatórias ressarcidas aos Deputados. Objeto deste aditamento: 1ª prorrogação. Vigência: de 11/8/2012 a 10/8/2013.

**AQUISIÇÃO ATRAVÉS DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 83/2012**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: USE Móveis para Escritório Ltda. Objeto: aquisição de estações de trabalho e gaveteiros fixos. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009.4.4.90(10.1). Licitação: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 1/2012 – Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 5/2012 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão.

**ERRATA****ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H45MIN DO DIA 22/8/2012**

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 22/8/2012, na pág. 11, no título, onde se lê:

“16ª REUNIÃO ORDINÁRIA”, leia-se:

“17ª REUNIÃO ORDINÁRIA”.